



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia

Gustavo Plínio Paranhos Monteiro

**A CONTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO E ESCOLARIDADE NOS RENDIMENTOS DO
TRABALHO**

Campinas
2011

Gustavo Plínio Paranhos Monteiro

**A CONTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO E DA ESCOLARIDADE NOS
RENDIMENTOS DO TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Graduação do Instituto de Economia da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do
Prof. Dr. Alexandre Gori Maia

Campinas
2011

Campinas

2011

MONTEIRO, Gustavo. **A contribuição da ocupação e da escolaridade nos rendimentos do trabalho**. 2012. 45 pp. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RESUMO

Em anos recentes, o Brasil tem apresentado uma tendência de melhora em estatísticas relativas à distribuição de renda. Ao mesmo tempo, ocorreu um avanço acelerado da educação no Brasil. Diversos estudos mostram a relação entre o nível e a distribuição da escolaridade e a desigualdade de renda no Brasil. No entanto, pouca atenção tem sido direcionada ao estudo dos efeitos das mudanças distributivas recentes nos diferentes grupos ocupacionais. Embora o aumento do acesso à educação tenha importantes implicações para a redução das desigualdades, esse fator isoladamente não consegue explicar muito sobre as quedas recentes da desigualdade de rendimento dos trabalhadores. Quando dividimos os ocupados em seus respectivos grupos ocupacionais podemos ver que os trabalhadores que mais elevaram sua renda entre o período que vai de 2002 a 2009, foram aqueles que tinham rendimentos próximos ao salário mínimo, ou seja, aqueles em ocupações de pouco prestígio e com baixa escolaridade. Como esses trabalhadores são maioria, o resultado foi redução da desigualdade geral. Além disso, o rápido aumento da oferta de mão-de-obra qualificada acabou contribuindo para reduções não desprezíveis nos rendimentos reais dos trabalhadores com mais anos de estudo.

Palavras-Chaves: Desigualdade, Rendimento, Ocupação, Educação.

Lista de Figuras

Figura 1 - Categorias de grupos ocupacionais segundo remuneração real média.....	30
---	----

Lista de Gráficos

Gráfico 1.1 – Índice de Gini no Brasil.....	2
Gráfico 1.2 – Mudança média nos índices de pobreza em países da América Latina.....	3
Gráfico 2.1 - Distribuição das faixas de escolaridade dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, em 2002 e 2009.....	25
Gráfico 2.2 - Evolução das participações de cada faixa de escolaridade no total dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, entre 2002 e 2009.....	26
Gráfico 2.3 - Rendimento médio mensal dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, deflacionado pelo INPC, entre 2002 e 2009	28

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 - Pessoas com 10 anos ou mais, dividida por grupos de anos de estudo, no Brasil, entre 2002 e 2009 (em milhares e em porcentagem).....	8
Tabela 1.2 - População de até 17 anos fora de escola, em 2001 e 2009 (em milhares e porcentagem da população).....	8
Tabela 2.1 - Quantidade e variação do número de trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por grupo ocupacional, entre 2002 e 2009.....	22
Tabela 2.2 - Distribuição dos trabalhadores, de acordo com seu grupo ocupacional, entre 2002 e 2009.....	23
Tabela 2.3 - Distribuição e variação do número de trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por faixa de escolaridade, em 2002 e 2009.....	24
Tabela 2.4 - Distribuição dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por faixa de escolaridade, em 2002 e 2009.....	24
Tabela 2.5 - Rendimento médio mensal do trabalho principal dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por grupo ocupacional, entre 2002 e 2009, deflacionado pelo INPC.....	27
Tabela 2.6 - Ranking de rendimentos médios mensais do trabalho principal dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por grupo ocupacional, em 2002 e 2009, deflacionados pelo INPC.....	29
Tabela 2.7 - Rendimento médio mensal, em reais, e proporção do número de trabalhadores sobre o total, para as duas categorias de trabalhadores, em 2002 e 2009.....	30
Tabela 2.8 - Distribuição dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por grupo ocupacional e faixa de escolaridade, em 2002.....	35
Tabela 2.9 - Distribuição dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por grupo ocupacional e faixa de escolaridade, em 2009.....	36
Tabela 2.10 - Variação do rendimento real dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por grupo ocupacional e faixa de escolaridade, entre 2002 e 2009, deflacionado pelo INPC.....	37

Sumário

Introdução.....	1
1. Desigualdade, escolaridade e ocupação.....	6
1.1.Contexto sócio-econômico entre 2002 e 2009.....	6
1.2. A busca de causas da desigualdade no Brasil.....	9
1.2.1. Ocupações.....	11
1.2.2 Escolaridade.....	13
1.3. Outras considerações.....	18
2. Ocupação, escolaridade e renda entre 2002 e 2009.....	19
2.1. Estrutura Ocupacional.....	21
2.2. Mudanças na escolaridade.....	23
2.3. Renda e ocupação.....	28
2.4. Escolaridade, ocupação e renda.....	33
3. Conclusão.....	40
4. Referências bibliográficas.....	43

Introdução

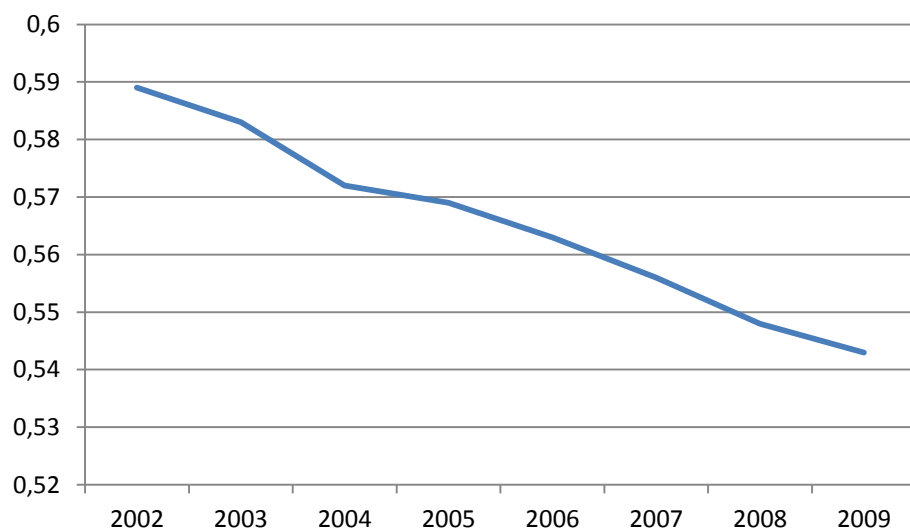
Em anos recentes, o Brasil tem apresentado uma tendência de melhora em estatísticas relativas à distribuição de renda. Entre 1995 e 2005, por exemplo, a desigualdade em renda familiar no Brasil, medida através do coeficiente de Gini, caiu de 0,646 para 0,593¹. Entre os anos de 2002 e 2009, essa queda se manteve ininterrupta entre todos os anos (Gráfico 1.1). Embora outros países também tenham reduzido sua desigualdade recentemente, as melhoras no Brasil são notáveis. Segundo dados do Banco Mundial, o Brasil foi o país da América Latina que reduziu sua pobreza de forma mais acelerada nos últimos anos (Gráfico 1.2).

Ao mesmo tempo, ocorreu um avanço acelerado da educação no Brasil. Entre 1995 e 2005, a escolaridade média dos trabalhadores cresceu duas vezes mais do que na década anterior. Diversos estudos mostram a relação entre o nível e a distribuição da escolaridade e a desigualdade de renda no Brasil. É estimado que 40% da queda na desigualdade de remuneração do trabalho, entre 2001 e 2005, é resultado de mudanças associadas à escolaridade ².

¹ BARROS et al (2007b).

² Idem.

Gráfico 1.1: Índice de Gini no Brasil

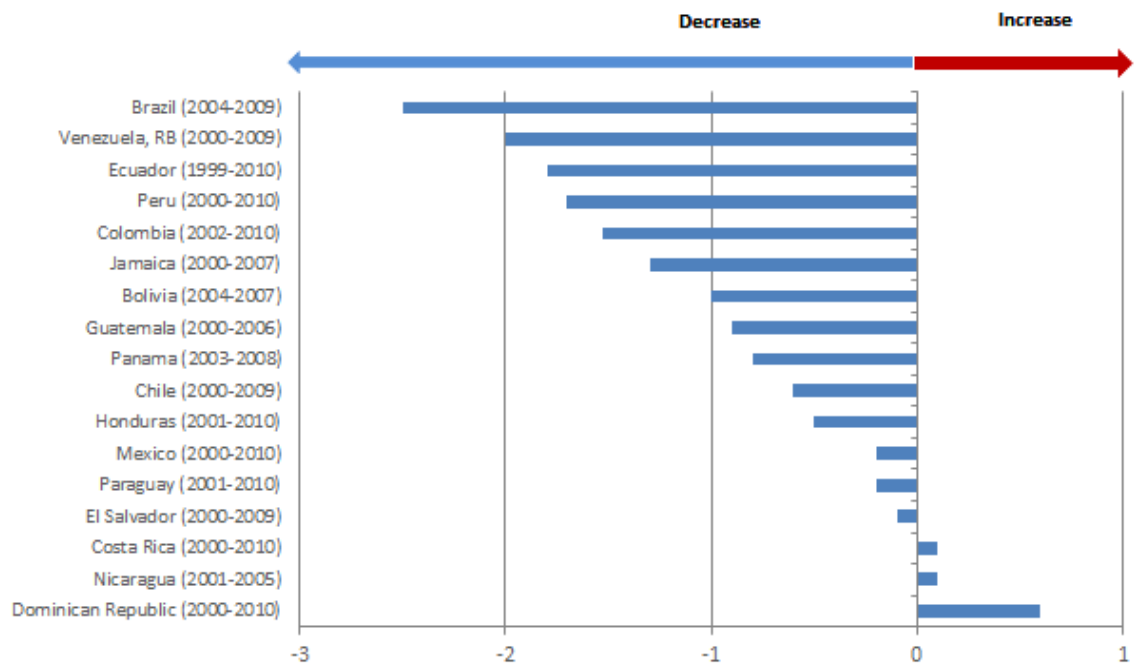


Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Segundo um recente estudo publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em um comparativo entre 30 países, o Brasil é um dos países que menos gastam com educação. O problema só não é maior porque o Brasil foi o país que mais elevou seus gastos por aluno na educação primária e secundária³. O Brasil também foi o país que apresentou as maiores diferenças de salários devido ao nível de escolaridade. Utilizando dados da Pesquisa nacional por Amostra a Domicílios (PNAD), a publicação mostra que os ocupados com nível superior recebem, em média, 150% a mais do que os ocupados com até o segundo grau completo. Além disso, quem não chegou a se formar no ensino médio ganha em média 50% a menos do que aqueles que concluíram o curso secundário.

³ OCDE (2011).

Gráfico 1.2. Mudança média nos índices de pobreza em países da América Latina (pontos percentuais por ano)



Fonte: Banco Mundial.

Esses últimos dados mostram a importância de se considerar dois canais em que a educação se relaciona com a desigualdade de renda: os chamados *efeito composição* e *efeito renda*. E o Brasil apresenta deficiências nos dois! Enquanto o primeiro se refere a reduções na desigualdade decorrentes de mudanças na participação da população ocupada segundo os níveis educacionais, o segundo ocorre devido a reduções nas diferenças de rendimento por nível educacional. Ou seja, o *efeito composição* indica reduções na desigualdade devido ao maior acesso à educação. Já o *efeito renda* indica mudanças nas rendas médias dentro de cada nível de escolaridade, por exemplo, um crescimento mais acelerado do rendimento médio das pessoas com nível superior em relação às pessoas com nível intermediário. Sob essa ótica, o relatório da OCDE citado acima destaca deficiências relevantes no *efeito quantidade*. Mesmo assim, o Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (IPEA) chegou à conclusão de que “um dos principais

fatores responsáveis por essa queda da desigualdade de rendimentos do trabalho foi a redução nos diferenciais de remuneração por nível educacional [efeito preço].⁴

No entanto, pouca atenção tem sido direcionada ao estudo dos efeitos das mudanças distributivas recentes nos diferentes grupos ocupacionais. A posição ocupacional do indivíduo, não só determina as possibilidades de renda do indivíduo como também a inserção dele na sociedade – o prestígio e poder que ele pode exercer. Desse modo, os grupos ocupacionais podem funcionar como uma *proxy* das classes sociais, mesmo que de forma limitada.⁵

Quando confrontamos esses dois temas, estamos na realidade confrontando duas abordagens distintas para explicar a desigualdade. Uma que enfatiza o papel da educação e outra que destaca a fragilidade dos trabalhadores no conflito capital-trabalho, quer dizer, a ineficácia da ação das forças sociais. Melhoras na desigualdade não podem ficar estancadas dentro de certas classes ocupacionais – elas devem reduzir as desigualdades entre os grupos ocupacionais.

Assim, a pergunta que este trabalho se propõe a responder é: quais grupos ocupacionais foram mais beneficiados com os recentes aumentos da escolaridade dos trabalhadores – tanto do ponto de vista da educação quanto da remuneração? Para tanto, consideraremos a evolução do mercado de trabalho entre os anos de 2002 a 2009. Veremos as mudanças na estrutura ocupacional, no nível de educação dos trabalhadores em cada grupo ocupacional e nas suas respectivas remunerações ao longo do período.

Não restam dúvidas da importância da educação na determinação da renda. Entretanto, a classe social também deve ser considerada, pois cumpre um papel relevante na determinação das perspectivas de vida do indivíduo. Uma estrutura social muito desigual limita o sucesso das políticas de acesso à educação como forma de combate à desigualdade. Devido a pouca atenção dada a esse assunto, torna-se apropriado o estudo das mudanças sofridas por cada grupo ocupacional, qual *proxy* de classe social, pelas recentes melhorias no acesso à educação.

Este trabalho será dividido em três partes. Em primeiro lugar, segue uma breve introdução, em que abordaremos o contexto econômico e social entre os anos 2002 e

⁴ MENEZES-FILHO (2007).

⁵ MAIA (2009).

2009, dando ênfase aos principais temas que serão utilizados ao longo do trabalho, quais sejam, a evolução do mercado de trabalho e da desigualdade no Brasil, bem como do acesso à educação e as ocupações, como determinantes da renda dos indivíduos. Além disso, apontaremos algumas das explicações utilizadas para explicar as causas da desigualdade no Brasil, através de uma breve revisão bibliográfica. Por último, apontaremos os rumos que o trabalho tomará.

No segundo capítulo, trataremos da coleta e manipulação de dados necessária para termos os recursos necessários para a caracterização da evolução da desigualdade nos grupos ocupacionais, bem como das diferenças entre eles.

No terceiro e último capítulo, apresentaremos a interpretação dos dados apresentados no segundo capítulo. As principais conclusões obtidas através do estudo também serão apresentadas neste capítulo, junto com suas possíveis implicações para a tomada de decisões sobre investimentos em educação.

1. Desigualdade, escolaridade e ocupação

1.1 Contexto sócio-econômico entre 2002 e 2009

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil apresentou um crescimento significativo na primeira década do milênio. As contas nacionais indicam que entre 2003 e 2009 houve um crescimento de 18% do PIB real. Esse crescimento apresentou evolução principalmente devido à expansão dos componentes da demanda interna. O consumo apresentou um crescimento superior a 35% no período. Já o investimento manteve uma trajetória de expansão que só foi interrompida no ano de 2009, em virtude da crise econômica mundial.

Ao mesmo tempo, a População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil apresentou uma taxa de crescimento de mais de 16%. As mulheres foram as que mais contribuíram para o crescimento, aumentando sensivelmente sua participação no mercado de trabalho. O rendimento médio do trabalhador da PEA, por sua vez, teve um crescimento de 22% no período. Esse é um resultado positivo, porque mostra que houve aumento mais que proporcional da renda em relação ao aumento do PIB, tornando possível a recuperação da participação das rendas provenientes do trabalho⁶.

A desvalorização do real em 1999, o aumento da inflação e o aprofundamento da abertura comercial e financeira prejudicaram a atividade econômica no início dos anos 2000. O baixo crescimento da atividade e as altas taxas de inflação acabaram por reduzir o poder de compra da renda média dos trabalhadores. No entanto, após fechar 2002 em 12,5%, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) passou a recuar até 2006, e se manteve estável até 2009. A elevação dos preços internacionais de *commodities* foi favorável para o balanço de pagamentos, no sentido de que os superávits comerciais que passaram a ser obtidos resultaram em uma queda do preço do dólar em real, reforçada ainda mais pela abertura financeira e consequente aumento do fluxo de capital externo. Essa reviravolta resultou em um aumento do poder de compra do rendimento médio do trabalhador.

⁶ Todos os dados foram obtidos através do Sidra –Sistema IBGE de Recuperação Automática.

A política de salários mínimos foi um dos instrumentos utilizados com o objetivo de reduzir a desigualdade. Desde 1994, os reajustes no salário mínimo são sistematicamente superiores à inflação. Essa estratégia foi ainda mais importante na última década. Entre 2002 e 2009, o salário mínimo sofreu um aumento de 42,6%. Essa política foi uma das mais relevantes para o combate da desigualdade. Além do salário mínimo, outro importante fator para a redução da desigualdade no período foram os programas de transferência do governo, em especial o Programa Bolsa Família. Estudos do IPEA mostram que 48% da queda da desigualdade ocorrida entre 2001 e 2005 é resultado de mudanças na renda não derivada do trabalho. Como cerca de 80% dessa renda é constituída por transferências públicas, pode-se dizer que esses programas foram responsáveis por quase metade da queda da desigualdade no período⁷.

Com respeito à área de educação, os anos entre 2002 e 2009 também apresentaram evolução. A Tabela 1.1 mostra os dados da população brasileira com 10 anos ou mais em 2002 e 2009, dividida por anos de estudo. É fácil perceber que a quantidade de pessoas com até 8 anos de estudo (ensino fundamental) caiu em termos relativos, em favor de um aumento da quantidade de pessoas com 9 anos ou mais de estudo (ensino médio e superior). Esses dados são expressivos, uma vez que melhorias na oferta de educação só podem ser percebidas através de mudanças na composição dos grupos de anos de estudo de uma população depois de vários anos, já que, normalmente, essas mudanças atingem principalmente a parcela mais jovem da sociedade e não atingem a população mais velha.

⁷ BARROS et al (2007a).

Tabela 1.1 - Pessoas com 10 anos ou mais, dividida por grupos de anos de estudo, no Brasil, entre 2002 e 2009 (em milhares e em porcentagem)

Grupos de anos de estudos	Ano			
	2002		2009	
Sem instrução e menos de 1 ano	16.848	11,9%	15.732	9,7%
Entre 1 e 4 anos	41.882	29,5%	39.441	24,2%
Entre 5 e 8 anos	39.989	28,2%	41.587	25,5%
Entre 9 e 11 anos	30.493	21,5%	45.710	28,1%
Mais de 12 anos	11.747	8,3%	19.786	12,2%
Não determinados	873	0,6%	551	0,3%
Total	141.831	100,0%	162.807	100,0%

Fonte: IBGE, elaboração própria

Se considerarmos, apenas as crianças e adolescentes de até 17 anos, também serão constatadas melhorias recentes na educação. Em todas as divisões etárias constantes na Tabela 1.2 é possível notar queda tanto nos números absolutos quanto nos números relativos de crianças fora da escola. A faixa mais importante é a daqueles jovens que se encontram entre 7 e 14 anos. A parcela desses que estavam fora da escola caiu de 3,5% para 2,4%, entre 2001 e 2009. Apesar da expressiva melhoria apresentada, em 2009, ainda havia 686 mil crianças entre 7 e 14 anos fora da escola.

Tabela 1.2 - População de até 17 anos fora de escola, em 2001 e 2009 (em milhares e porcentagem da população)

População fora da escola	Ano			
	2001		2009	
Até 3 anos	10.986	89,3%	9.079	82,9%
De 4 a 6 anos	3.365	34,4%	2.024	22,4%
De 7 a 14 anos	927	3,5%	686	2,4%
De 15 a 17 anos	1.950	18,9%	1.837	17,9%
Total	17.228	-	13.626	-

Fonte: Unicef, elaboração própria

Todas essas melhorias só foram alcançadas devido ao aumento significativo de recursos em educação. Em 2000, apenas 3,5% do PIB brasileiro era gasto em educação pública. Em 2008, essa porcentagem já tinha aumentado para 5,3%, o que representa um aumento de 197% dos gastos do governo com educação⁸.

Além disso, alguns programas do governo tiveram um papel importante para o aumento das matrículas em todos os níveis de educação. Podemos citar como exemplo, o Bolsa Família, que exige que os lares que recebem o benefício tenham 100% das crianças na escola.

O ensino superior também foi favorecido devido a maior oferta de vagas, principalmente em instituições privadas de ensino. O acirramento da concorrência acabou contribuindo ainda para uma redução dos preços e da qualidade dessas instituições, estimulando ainda mais a procura pelo ensino superior. O governo teve importante papel também nesse mercado emergente, ao criar, em 2005, o ProUni - Programa Universidade para Todos. O programa tem como objetivo conceder bolsas de estudo para alunos da rede privada de ensino superior que tem dificuldades para pagar as mensalidades. E o número de beneficiados mais do que dobrou entre os anos de 2005 e 2009.

No entanto, deve-se atentar para o fato de que o problema da educação nunca deve ser tratado de maneira simplória. Assim, um mero aumento quantitativo de recursos destinados à educação não será de nenhum proveito se não forem tomadas medidas no sentido de promover melhorias qualitativas⁹. O problema da qualidade da educação é um assunto extremamente complexo que não entra no escopo do trabalho atual.

1.2 A busca de causas da desigualdade no Brasil

Já no século XIX, o economista David Ricardo entendia que o principal tema da Economia Política, como a Economia era chamada na época, era justamente explicar a “distribuição funcional de renda”, ou seja, como a riqueza era distribuída entre os agentes econômicos na forma de lucros, salários e renda da terra. Embora tenha perdido espaço

⁸ OCDE.

⁹ Fishlow (1972).

no debate neoclássico, mais focado em questões microeconômicas, a distribuição de renda nunca deixou de ser discutida pela escola marxista. Neste trabalho, serão abordados alguns aspectos da desigualdade, mas não serão discutidas particularidades acerca da distribuição *funcional* da renda, uma vez que nos concentraremos somente nas desigualdades entre as rendas dos trabalhadores.

A desigualdade de distribuição da renda sempre foi um traço marcante dos países latino-americanos. Isso sugere a existência de uma explicação histórica para esse fenômeno. De fato, esses países foram em sua maioria colônias extrativistas, de Portugal ou da Espanha. Nos seus primórdios, sua economia era toda baseada em produtos primário-exportadores, como o açúcar. As propriedades produtoras eram enormes latifúndios operados por mão-de-obra escrava. O pacto colonial limitava a diversificação, a concorrência e restringia a criação de um mercado interno. A abolição da escravidão não causou mudanças reais na distribuição de renda, tampouco mudou o quadro de elevada concentração de terras.

Quase cem anos depois, Fishlow (1972) e Hoffmann & Duarte (1972) divulgaram dois estudos em que mostravam que a desigualdade no Brasil continuava elevada e ainda havia crescido entre os anos de 1960 e 1970.

1.2.1 Ocupações

A sociedade moderna possui uma intrincada estrutura social, definida por elementos econômicos e sociais. Esses elementos socioeconômicos possuem características complexas, definidas pela renda, prestígio social e poder político do indivíduo. A forma com que esses elementos se distribuem gera consequências significativas nas perspectivas dos indivíduos e na dinâmica das instituições. Identificar grupos homogêneos definidos pelas diferentes combinações de renda, poder e prestígio não só ajuda na análise da estrutura social da população, como também pode enriquecer estudos sobre a concentração de renda, pobreza, desigualdade, entre outros.

Essa tarefa torna-se cada vez mais complexa, na medida em que novos grupos surgiram acompanhando o desenvolvimento do moderno capitalismo. Não se pode dividir a sociedade em dois grupos dicotômicos – os que possuem os meios de produção e os trabalhadores. Entre esses dois pólos, existe, por exemplo, a chamada classe média - que não se trata de maneira alguma de um grupo homogêneo. Pelo contrário, ele é formado por uma gama enorme de indivíduos – os *colarinhos brancos* (trabalhadores de serviços administrativos e de escritórios), os *colarinhos azuis* (operários), parcelas da classe dominante, e muitos outros. Existe, no entanto, um conjunto de valores sociais e uma relação salarial sofisticada que garante uma melhor posição social dos colarinhos brancos em relação aos operários e trabalhadores agrícolas. Apesar de estarem na mesma posição quanto à posse dos meios de produção, os colarinhos brancos desfrutam de uma melhor situação de prestígio e poder.

Desse modo, a posição na ocupação tem enorme importância na determinação não só da renda, mas também do prestígio e do poder nas relações sociais. Trabalhadores em diferentes ocupações também desfrutam de diferentes perspectivas de inclusão socioeconômica. As classes ocupacionais determinam diferenças no próprio estilo de vida dos trabalhadores e de suas famílias. Por isso, estudos que buscam uma estratificação segundo padrões sociais homogêneos são enriquecedores, mas tem merecido pouca atenção da literatura.

Num esforço de estratificar a sociedade brasileira, Quadros (2003), utilizando dados do IBGE, propôs uma estratificação social inicialmente composta por vinte e sete

grupos ocupacionais. A importância de sua contribuição se concentra na proposta de uma nova forma de analisar a estrutura social. Enquanto uma simples estratificação a partir de faixas de renda atende as necessidades mercadológicas, “em termos de horizonte de vida (acesso às oportunidades, direitos efetivos, ‘interesses estratégicos’, etc.), indivíduos de uma mesma faixa de rendimentos, mas com diferentes situações de classe, podem revelar distinções cruciais¹⁰”. Desse modo, a ocupação tem grande importância na determinação da renda e da posição social do indivíduo.

O trabalho de Quadros inspirou Maia (2009) a analisar uma estratificação social adaptada aos dados disponíveis na PNAD com o objetivo de captar os diferentes níveis de bem estar existentes dentro dos grupos ocupacionais. Desse modo, a população foi classificada em oito classes ocupacionais individuais. A seguir, as famílias foram classificadas de acordo com a posição na ocupação e renda do integrante mais bem remunerado da família, buscando uma estruturação da sociedade em faixas com estilos de vida mais próximos dos padrões sociais do que a mera divisão por grupos de rendas individuais. Por fim, os indivíduos foram classificados através de características socioeconômicas como cor, sexo e escolaridade. Seu trabalho mostrou que existem grandes diferenças nos padrões de bem estar entre os indivíduos de um mesmo grupo ocupacional, com destaque para a baixa classificação de grande parte da população na maioria das classes. Além disso, fica evidente que o ensino superior fica quase que totalmente restrito aos indivíduos que compõem os estratos superiores.

Ao analisar a dinâmica das ocupações no período entre 1982 e 2001, Maia & Quadros (2010) notaram a extrema magnitude da desigualdade no Brasil. Utilizando o índice T de Theil para medir a distribuição de renda tanto entre e quanto dentro das ocupações, eles puderam apontar para a grande importância das ocupações para a diferenciação dos rendimentos dos trabalhadores. Os autores também criaram quatro grupos ocupacionais baseados nos padrões de remuneração de cada ocupação. Através dessa estratificação, foi constatada uma regressão tanto dos padrões de remuneração das ocupações de perfil mediano, quanto da mobilidade social das ocupações. Além disso, a análise mostrou como os níveis mais elevados de escolaridade ficaram restritos às ocupações de melhores padrões socioeconômicos. Assim, fica claro que a escolaridade influencia a ocupação do trabalhador.

¹⁰ QUADROS (2003).

Quando separamos os setores de atividade, percebemos que as ocupações agrícolas apresentam menores rendimentos. Não por acaso, a escolaridade média também é menor entre os trabalhadores agrícolas. Além disso, a desigualdade da distribuição da renda é maior nas ocupações agrícolas do que nas outras. Entre os anos de 1995 e 2009, houve uma redução significativa da desigualdade de renda de todos os trabalhos. No entanto, a desigualdade caiu mais lentamente entre os trabalhadores da agricultura do que entre aqueles que trabalham nos setores da indústria e de serviços. Buscando uma explicação para isso, Hoffmann (2011) verificou que, ao contrário do que ocorre nos outros setores, no setor agrícola, a dispersão da escolaridade continua crescendo. Como não houve mudanças substanciais na distribuição da posse de terra usada na agricultura, a dispersão da escolaridade é o que explica a alta desigualdade no campo.

Por último, convém citar duas obras relevantes no estudo das desigualdades. Alguns autores que se aprofundaram no estudo dos efeitos da educação na renda tiveram artigos publicados em um livro lançado pelo IPEA em 2007, intitulado “Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente”. A quinta seção desse livro trata exatamente sobre como o mercado de trabalho contribuiu para a queda da desigualdade no Brasil, levando em conta especialmente os anos de estudo e experiência dos trabalhadores. Sobre os métodos empregados na determinação da desigualdade e pobreza, Hoffmann (1998) fez uma extensiva explanação técnica, usada frequentemente como referência.

1.2.2 Escolaridade

O debate acerca das causas da desigualdade de renda no Brasil sempre foi bastante acirrado. Dois dos principais autores brasileiros que exploraram as razões para a persistência das desigualdades foram Carlos Geraldo Langoni e Celso Furtado.

Antes deles, Kuznets (1955) havia sugerido que a relação entre desigualdade e desenvolvimento assume a forma de um U invertido quando uma nação passa por um processo de desenvolvimento intenso. Baseado nos processos de industrialização dos países avançados, como Estados Unidos e Alemanha, Kuznets percebeu que nos

estágios iniciais de industrialização esses países apresentam simultaneamente um aumento da desigualdade de distribuição de renda. Depois de um período de estabilidade, no entanto, a desigualdade tende a diminuir. Dando um passo além, Kuznets inferiu que as nações subdesenvolvidas passariam pelos mesmos estágios em seu processo de industrialização, ou seja, um aumento da desigualdade na fase inicial, seguido por um momento de estabilidade e, por fim, de declínio da desigualdade. Esse fenômeno ficou conhecido como “Lei de Kuznets”.

Baseando-se nas ideias de Kuznets, em 1973, Langoni (2005) atribuiu a elevação das desigualdades de renda durante a década de 60 a um efeito natural da expansão econômica pela qual o país havia passado. Adepto da teoria do capital humano, ele sugeriu que houve um descompasso entre a demanda e a oferta de mão-de-obra qualificada. Em primeiro lugar, o crescimento do ensino superior não foi acompanhado por um crescimento proporcional do ensino básico e secundário, resultando em um crescimento desbalanceado da escolaridade dos trabalhadores, favorecendo o aumento da desigualdade de nível educacional. Além disso, existiria uma tendência permanente para expansão da demanda por mão-de-obra qualificada decorrente do processo de industrialização, ao passo que a oferta de mão-de-obra qualificada não poderia crescer na mesma proporção. Por outro lado, apesar de a oferta por mão-de-obra qualificada ser inelástica no curto prazo, o crescimento do ensino superior acabaria por corrigir essa deficiência, no longo prazo. Assim, o crescimento da desigualdade seria um resultado natural do processo de desenvolvimento e tenderia a se autocorrigir com o passar do tempo.

Além de sua importante contribuição teórica para explicar a desigualdade, o trabalho de Langoni foi importante para estabelecer um consenso a respeito da existência de um processo de aprofundamento da desigualdade na década de 60, no Brasil. A partir de então, o debate pode se concentrar nas causas da desigualdade.

As ideias de Langoni eram diferentes das conclusões de Fishlow (1972). Apesar de concordar com Langoni a respeito da importância da educação para explicar as desigualdades, Fishlow colocava o acesso à educação como a origem dos problemas de desigualdade. Para ele, o problema na verdade era que o sistema educacional brasileiro privilegiaria os mais ricos, ao dar ênfase ao ensino “secundário” (atual ensino médio) e superior, ao passo que pouca ênfase era dada na extensão de oportunidades de

educação para os menos privilegiados. Os dados de Fishlow mostraram que o mero aumento da média de anos de estudo do trabalhador não contribuiriam para a redução da desigualdade de renda se as condições de acesso à educação não melhorassem. Embora o nível de educação dos trabalhadores tenha melhorado entre 1960 e 1970, a variância havia piorado, ou seja, a desigualdade no acesso à educação havia piorado. Como o acesso à educação seria determinado pela renda familiar - os indivíduos mais ricos e com pais mais bem educados, tinham acesso a melhores níveis de educação - as políticas governamentais na verdade contribuiriam para o aumento da desigualdade¹¹.

As conclusões de Fishlow, infelizmente, continuam válidas. O gasto com educação cresceu. Mas continua extremamente desequilibrado. Um estudante do ensino superior, por exemplo, custa em média seis vezes mais do que um estudante do ensino fundamental e médio¹².

Há ainda evidências de que o nível de escolaridade vem ganhando ainda mais importância como determinante da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Diante de novas exigências de um mercado cada vez mais globalizado e do processo de reestruturação produtiva que o país passou durante os anos 90, período de forte influência neoliberal¹³, a educação ganhou grande importância. Embora a escolarização não seja o único fator de determinação da qualificação profissional, Salm mostra que "(...) não há dúvida de que as oportunidades ocupacionais vem exigindo perfis de qualificação para os quais a responsabilidade da escola é cada vez mais proeminente". (Salm, 1998: 240)

Na verdade, o rápido aumento da escolaridade média aliado ao baixo crescimento das atividades inovadoras que exigem profissionais com maiores níveis de escolaridade resultaram em "(...) uma desconexão progressiva entre a escolaridade dos trabalhadores (e o grau dos diplomas que portam) e as características dos postos de trabalho que ocupam, tornando-se mais frequentes situações de super-qualificação". (Borges, 2005: 89). Desse modo, a educação, embora não garanta uma inserção satisfatória, se torna um instrumento cada vez mais essencial para a simples entrada no mercado de trabalho –

¹¹ Além disso, em seu trabalho, Fishlow mostrava que outras políticas governamentais favoreciam a desigualdade, pois privilegiavam certas regiões e setores específicos em detrimento de outros. Ele também apontava a política fiscal regressiva como fator de aprofundamento da desigualdade.

¹² OCDE(2011).

¹³ BALTAR & LEONE(2006).

especialmente quando falamos do mercado formal. A massificação do ensino superior, por exemplo, fez com que a educação não funcionasse mais como um forte sinalizador de mercado em muitos postos de trabalho em que antes ela seria considerada um diferencial.

Em resumo, o aumento de gastos em educação pode ser usado como um instrumento de combate à desigualdade e tem sido apontado como um dos principais responsáveis pelas reduções de desigualdade que o Brasil tem obtido. Em anos recentes, o país realizou esforços consideráveis com o objetivo de aumentar o acesso à educação - e vem obtido êxito, conforme mostram os dados referentes ao perfil educacional da população. Consequentemente, a obtenção de altos níveis de escolaridade é encarada cada vez menos como um diferencial na inserção no mercado de trabalho e cada vez mais como um requisito básico. Em outras palavras, o nível de escolaridade adquire uma importância cada vez maior como fator determinante das oportunidades de emprego e de inserção ocupacional dos trabalhadores.

É claro que a educação não pode ser vista como um *deus ex machina*, que, sozinho, pode resolver todos os problemas de desigualdade no Brasil. Em primeiro lugar, é necessário que se garanta o crescimento econômico do país¹⁴. A partir daí, deve-se garantir a atuação do poder público no sentido de fazer com que esse crescimento seja acompanhado por melhorias no mercado de trabalho. Ao analisar o período entre 2004 e 2007, Baltar (2009: 129) chega à conclusão de que

As repercussões do crescimento da economia sobre o mercado de trabalho mostraram a importância da defesa de uma política que procure garantir a continuidade deste crescimento. Ao mesmo tempo, (...) é fundamental reforçar a fiscalização do cumprimento das leis do trabalho, bem como atuar para compensar a forte resistência patronal ao avanço da organização dos trabalhadores que contribuiria para dar mais eficácia ao esforço de estruturação do mercado de trabalho.

Ainda assim, a educação tem influências óbvias na ocupação do trabalhador.

Levando em conta o papel da educação e da posição na ocupação para a determinação da renda, Ramos (1993) analisou, através de modelos estatísticos, a distribuição de renda entre 1976 e 1985. Os dados levantados pelo autor permitiram

¹⁴ BONELLI & RAMOS (1993).

concluir que a educação cumpre um papel duplo para o bem-estar dos indivíduos. Primeiro, porque possibilita o acesso a melhores salários. E, segundo, por causa da hipótese de *labor hoarding* – que advoga que, em períodos de recessão, os trabalhadores não-qualificados são os que mais sofrem com desemprego e redução dos níveis salariais.

No mesmo ano, Bonelli & Ramos (1993) mostraram que no período entre 1977 e 1986 houve uma associação negativa entre crescimento econômico e desigualdade no Brasil, indicando a possibilidade de usar o crescimento como arma contra a desigualdade. Desde então, muitos estudos tentam mostrar como o crescimento econômico afeta a desigualdade de distribuição de renda e vice-versa, quer dizer, como a desigualdade afeta o crescimento econômico.

Sobre esse tema, Furtado (1968) mostrou que a concentração de renda criou um mercado de consumo diversificado para os grupos privilegiados, especialmente de bens de consumo duráveis. No entanto, devido ao tamanho reduzido desse mercado, os fatores de produção foram subempregados, fazendo com que as empresas não se beneficiassem plenamente dos ganhos de escala, conforme ocorria nos países desenvolvidos. Assim, a esperança cepalina de que a industrialização poderia combater a miséria foi dissipada por um modelo de desenvolvimento que perpetuava a condição de desigualdade.

Ao sugerir um roteiro de estudos, Oliveira & Henrique (1990) apontaram três eixos explicativos sobre os determinantes históricos da desigualdade no Brasil: a questão agrária, as condições do mercado de trabalho e as políticas sociais. Herdando características dos tempos de colônia, o setor agrário brasileiro é composto principalmente por grandes latifúndios e por grandes desigualdades de renda. O aumento da produtividade no campo gerou um enorme êxodo rural a partir dos anos 50. Esse movimento culminou em um processo de urbanização que se caracterizou por sua velocidade espantosa. Apesar do crescimento da indústria nas áreas urbanas ter sido elevado, ele não foi suficiente para frear a acumulação de uma enorme população excedente nas cidades. Oferta ilimitada de mão-de-obra, debilidades no movimento sindical e nas políticas salariais - tudo isso fez com que os salários se mantivessem pressionados para baixo. O rápido crescimento experimentado pela economia brasileira nas décadas de 60 e 70 teve um papel perverso por ter sido excludente. Quer dizer, ele possibilitou a mobilidade social de uma grande parcela da população, mas acabou

estimulando o comportamento individualista e, conseqüentemente, enfraqueceu as tensões sociais e o coletivismo. Quanto às políticas sociais, por muito tempo o Estado brasileiro pouco fez, canalizando seus recursos para o crescimento econômico, em benefício dos interesses privados.

Ao investigar a queda da desigualdade no período pós-Real, Ramos (2007) conseguiu provar a importância das mudanças na distribuição e retornos à educação para as variações da desigualdade de rendimento do trabalho. Ao realizar a decomposição do índice T de Theil, percebe-se que fatores associados à educação contribuem para explicar 1/3 da desigualdade dos rendimentos individuais dos trabalhadores. O estudo também mostrou que no período entre 1995 e 2005 houve melhorias tanto na distribuição quanto nos retornos à educação. Logo, a educação se mostra um importante componente para o combate à desigualdade no Brasil.

1.3 Outras considerações

Neste trabalho, tentaremos observar como evoluiu a desigualdade entre os anos de 2002 e 2009, levando em conta os diferentes grupos ocupacionais e a escolaridade dos trabalhadores. Também, analisaremos as possíveis alterações de composição dos grupos ocupacionais no período.

Partimos da hipótese de que mesmo que a estrutura ocupacional apresente poucas alterações ao longo do tempo, o acesso à educação contribui para reduzir as diferenças de rendimento. Mas esse não é a principal explicação para a queda da desigualdade. A escolaridade dos trabalhadores é crucial na determinação de suas respectivas rendas. Mas o principal motivo da queda da desigualdade foi que os trabalhadores com remunerações mais baixas tiveram aumentos de rendimento maiores do que os trabalhadores com rendas mais elevadas. Ao mesmo tempo, essas ocupações com menores remunerações foram as que mais se expandiram.

2. Ocupação, escolaridade e renda entre 2002 e 2009

Nossa análise será baseada nas informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (PNAD) do, para os anos de 2002 a 2009. Essa pesquisa apresenta anualmente dados sobre educação trabalho e rendimento da população. O ano de 2002 foi escolhido por ser o primeiro de uma nova classificação das ocupações utilizada pelo IBGE. No momento em que nossa análise foi realizada, os últimos dados disponíveis da PNAD eram os de 2009, visto que em 2010 foram divulgados apenas os dados do Censo, conforme o habitual.

Para realizar nossa análise utilizaremos os dados disponíveis referentes aos trabalhadores ocupados durante a semana da pesquisa. Além disso, consideraremos apenas os trabalhadores com 15 anos e mais, e com rendimentos positivos.

Com a finalidade de fazermos comparações de renda entre os anos estudados utilizaremos o deflator para rendimentos da PNAD elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para os anos de 2002 a 2009. Esse deflator usa como base os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Restrito (INPC), do IBGE. Esse índice é construído através da coleta dos preços de produtos em dez regiões metropolitanas brasileiras mais o Distrito Federal. A cesta de produtos considerada, bem como os seus respectivos pesos, são definidos com base nos hábitos de consumo de uma parcela restrita da população - as famílias com renda entre 1 e 8 salários mínimos. A escolha do índice restrito se dá porque o IPEA considera ser mais relevante utilizar um índice que mede com maior precisão o poder de compra das famílias mais pobres, para as quais a renda real é mais sensível a ajustes.

A partir desse índice, com o objetivo de levar em consideração o poder de compra dos indivíduos no momento em que esta renda é recebida, o IPEA realiza uma alteração da data de referência, do dia 15 para o primeiro dia do mês – dia em que tradicionalmente são pagos os salários dos trabalhadores de grandes empregadores.

A PNAD informa os anos de estudo de cada membro dos domicílios entrevistados. Com o objetivo de facilitar a análise do nível educacional dos trabalhadores, criamos

quatro faixas de escolaridade baseadas na classificação adotada pelo sistema educacional brasileiro. Essas faixas compreendem, respectivamente, os trabalhadores que possuem:

- menos de 8 anos de estudo, fazendo parte desse grupo aqueles trabalhadores que não chegaram a concluir o ensino fundamental;
- entre 8 e 10 anos de estudo, referente àqueles trabalhadores que concluíram o ensino fundamental, mas não chegaram a concluir o ensino médio;
- entre 11 e 14 anos de estudo, ou seja, os trabalhadores que tem ensino médio completo e ainda possuem o superior incompleto ou fizeram um curso profissionalizante de nível técnico e,
- 15 anos e mais de estudo, o que significa que possuem nível superior completo.

A PNAD indica a ocupação de cada trabalhador pesquisado. Mas ela classifica os trabalhadores em dez diferentes grupos ocupacionais. É exatamente essa classificação que será utilizada nesse trabalho. Esses grupos são:

- Dirigentes em geral: incluem membros superiores e dirigentes do poder público, diretores e gerentes de empresas e organizações;
- Profissionais das ciências e das artes: nesse grupo se encontram alguns dos profissionais mais bem qualificados. Estão aqui classificados, entre outros: engenheiros, médicos, advogados, professores com ensino superior, administradores, jornalistas e pesquisadores em geral;
- Técnicos de nível médio: estão incluídos aqui vários profissionais que concluíram cursos de ensino técnico, além de professores sem educação superior, músicos e atletas profissionais;
- Trabalhadores de serviços administrativos: escriturários e trabalhadores de atendimento público, como recepcionistas, telefonistas, caixas e bilheteiros;
- Trabalhadores dos serviços: estão nesse grupo alguns trabalhadores de algumas ocupações que exigem pouca qualificação, como trabalhadores domésticos, garçons, catadores de sucata e vigilantes. Mas também fazem parte desse grupo alguns profissionais mais bem treinados, como auxiliares

de laboratório de saúde, policiais, guardas de trânsito e supervisores dos serviços de saúde e cuidados pessoais;

- Vendedores e prestadores de serviços do comércio;
- Trabalhadores agrícolas: nesse grupo estão classificados trabalhadores e produtores agropecuários, pescadores, extrativistas florestais e trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal;
- Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção: esse grupo é o que melhor se encaixa na classificação de colarinho azul. (Chamaremos esse grupo, a partir daqui, apenas de “Trabalhadores da Indústria”). Estão aqui classificados os trabalhadores de todos os setores industriais, da construção civil, operadores de máquinas e equipamentos, bem como mecânicos e eletricitas de manutenção;
- Membros das forças armadas e auxiliares: militares da marinha, aeronáutica e do exército, policiais e bombeiros militares, e
- Ocupações mal definidas.

2.1. Estrutura Ocupacional

Entre 2002 e 2009 a quantidade de trabalhadores com 15 anos ou mais de idade e com renda positiva cresceu em 18%, passando de 75,6 milhões para 89,2 milhões (Tabela 2.1). Nesse mesmo período, não se pode observar uma mudança substancial na estrutura ocupacional brasileira. Esse resultado não surpreende, já que mudanças na estrutura ocupacional dependem de mudanças macroeconômicas mais profundas como, por exemplo, mudanças na estrutura produtiva do país. O período de sete anos da análise não apresentou mudanças significativas da pauta de serviços e produtos brasileiros e, portanto, não houve grandes mudanças na estrutura ocupacional.

Tabela 2.1. Quantidade e variação do número de trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por grupo ocupacional, entre 2002 e 2009

	2002	2009	%Δ
Dirigentes em geral	3.897.694	4.398.952	12,9%
Profissionais das ciências e das artes	4.516.287	6.740.956	49,3%
Técnicos de nível médio	5.540.534	6.555.998	18,3%
Trabalhadores de serviços administrativos	5.955.575	8.300.507	39,4%
Trabalhadores dos serviços	15.038.751	18.039.095	20,0%
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	7.157.305	8.344.174	16,6%
Trabalhadores agrícolas	14.903.057	14.731.304	-1,2%
Trabalhadores da indústria	17.858.446	21.399.343	19,8%
Membros das forças armadas e auxiliares	613.865	716.413	16,7%
Ocupações mal definidas ou não declaradas	134.095	-	
Total	75.615.609	89.226.742	18,0%

Fonte: PNAD, IBGE. Elaboração própria.

Por outro lado, podemos constatar que alguns grupos ocupacionais apresentaram um dinamismo acima da média. O número de trabalhadores profissionais das ciências e das artes foi o que mais cresceu: 50% em apenas sete anos. Sua participação no total dos trabalhadores passou de 6% para 7,6% do total. Já os trabalhadores de serviços administrativos aumentaram sua participação em 18% (Tabela 2.2).

Em parte, esse aumento foi decorrente da absorção da crescente mão-de-obra qualificada. Isto é, o crescimento da média de escolaridade ocorreu concomitantemente a um aumento, embora mais tímido, de ocupações típicas do chamado *colarinho branco*, que normalmente exigem uma maior escolaridade dos trabalhadores. Por exemplo, mais da metade dos trabalhadores com 15 ou mais anos de estudo (ou seja, que possuem superior completo) estão classificados como profissionais das ciências e das artes.

Tabela 2.2. Distribuição dos trabalhadores, de acordo com seu grupo ocupacional, entre 2002 e 2009

	2002	2009
Dirigentes em geral	5,2%	4,9%
Profissionais das ciências e das artes	6,0%	7,6%
Técnicos de nível médio	7,3%	7,3%
Trabalhadores de serviços administrativos	7,9%	9,3%
Trabalhadores dos serviços	19,9%	20,2%
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	9,5%	9,4%
Trabalhadores agrícolas	19,7%	16,5%
Trabalhadores da indústria	23,6%	24,0%
Membros das forças armadas e auxiliares	0,8%	0,8%
Ocupações mal definidas ou não declaradas	0,2%	-
Total	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, IBGE. Elaboração própria.

Os trabalhadores agrícolas reduziram em mais de 16% sua participação no total de trabalhadores, possivelmente devido à introdução de sucessivos avanços tecnológicos na produção agrícola. Entre 2002 e 2009, o número de trabalhadores desse grupo caiu em mais de 170 mil. A queda mais acentuada ocorreu entre os anos de 2004 até 2008. O grupo ocupacional dos trabalhadores agrícolas foi o único dentre os grupos analisados que sofreu queda na quantidade de trabalhadores.

2.2. Mudanças na escolaridade

As mudanças mais notáveis no período foram na escolaridade da população, conforme já analisado no capítulo anterior. É importante ressaltar que mudanças na educação costumam demorar para surtir efeito. Um dos motivos é que, normalmente, o aumento da escolaridade tem seus impactos mais imediatos nas crianças e adolescentes. Por isso mesmo, é surpreendente que a educação média também tenha aumentado significativamente no grupo que estamos analisando, isto é, todos os trabalhadores ocupados, com 15 anos ou mais e com rendimento positivo.

Tabela 2.3. Distribuição e variação do número de trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por faixa de escolaridade, em 2002 e 2009

	2002	2009	Variação
Menos de 8 anos de estudo	39.652.924	35.472.637	- 4.180.287
De 8 a 10 anos de estudo	12.195.952	14.853.086	2.657.134
11 e mais anos de estudo	23.766.733	38.901.019	15.134.286
Total	75.615.609	89.226.742	13.611.133

Fonte: PNAD, IBGE. Elaboração própria.

Entre 2002 e 2009, o crescimento do número de trabalhadores com 11 anos ou mais de estudo (quer dizer, pelo menos com ensino médio completo) foi maior do que o crescimento do total de trabalhadores que estamos analisando (Tabela 2.3). Esse resultado é muito positivo e indica uma mudança profunda no perfil educacional dos trabalhadores.

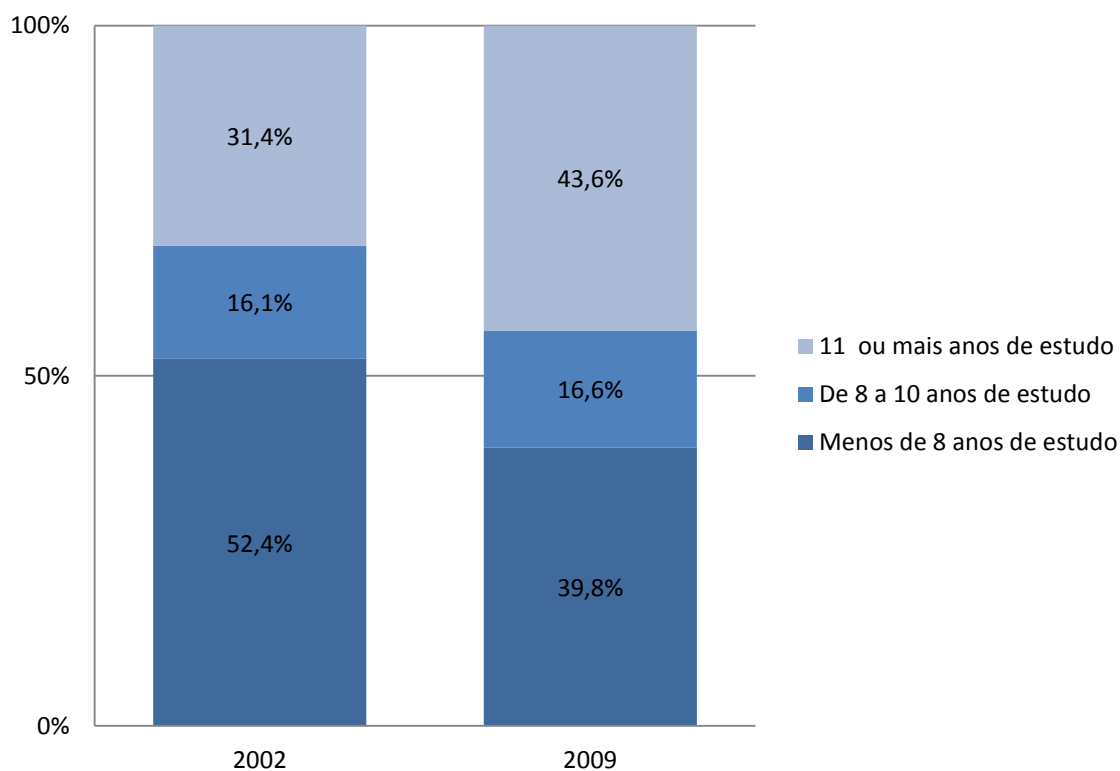
Tabela 2.4. Distribuição dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por faixa de escolaridade, em 2002 e 2009

	2002	2009
Menos de 8 anos de estudo	52,4%	39,8%
De 8 a 10 anos de estudo	16,1%	16,6%
11 ou mais anos de estudo	31,4%	43,6%

Fonte: PNAD, IBGE. Elaboração própria.

Ao mesmo tempo, a parcela de trabalhadores com menos de oito anos de estudo caiu de forma acelerada. Em 2002, mais da metade dos trabalhadores da nossa amostra não tinham nem terminado o ensino fundamental, que abrange da 1ª até a 8ª série (Tabela 2.4). Já em 2009, a proporção de trabalhadores nessa situação se reduziu para menos de 40% do total, o que representa 4 milhões trabalhadores a menos no nível educacional mais baixo.

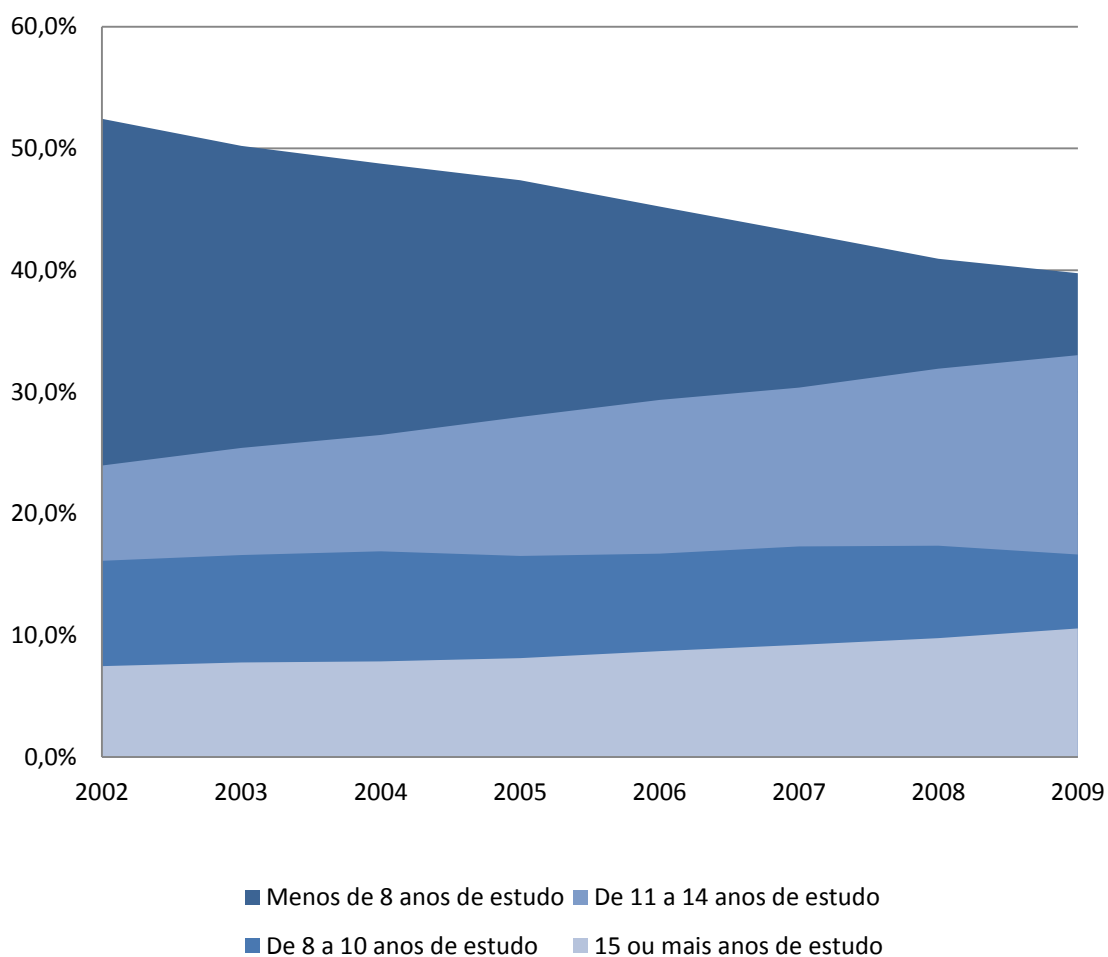
Gráfico 2.1. Distribuição das faixas de escolaridade dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, em 2002 e 2009.



Fonte: PNAD, IBGE. Elaboração própria

O gráfico acima (Gráfico 2.1) revela de maneira bem clara essa transformação na estrutura educacional dos trabalhadores. Ao longo do período que abrange os anos entre 2002 e 2009, a queda da proporção de trabalhadores com menos de 8 anos de estudo foi constante, e na mesma magnitude do aumento da parcela de trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo (Gráfico 2.2).

Gráfico 2.2. Evolução das participações de cada faixa de escolaridade no total dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, entre 2002 e 2009.



Fonte: PNAD, IBGE. Elaboração própria

Tabela 2.5. Rendimento médio mensal do trabalho principal dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por grupo ocupacional, entre 2002 e 2009, deflacionado pelo INPC

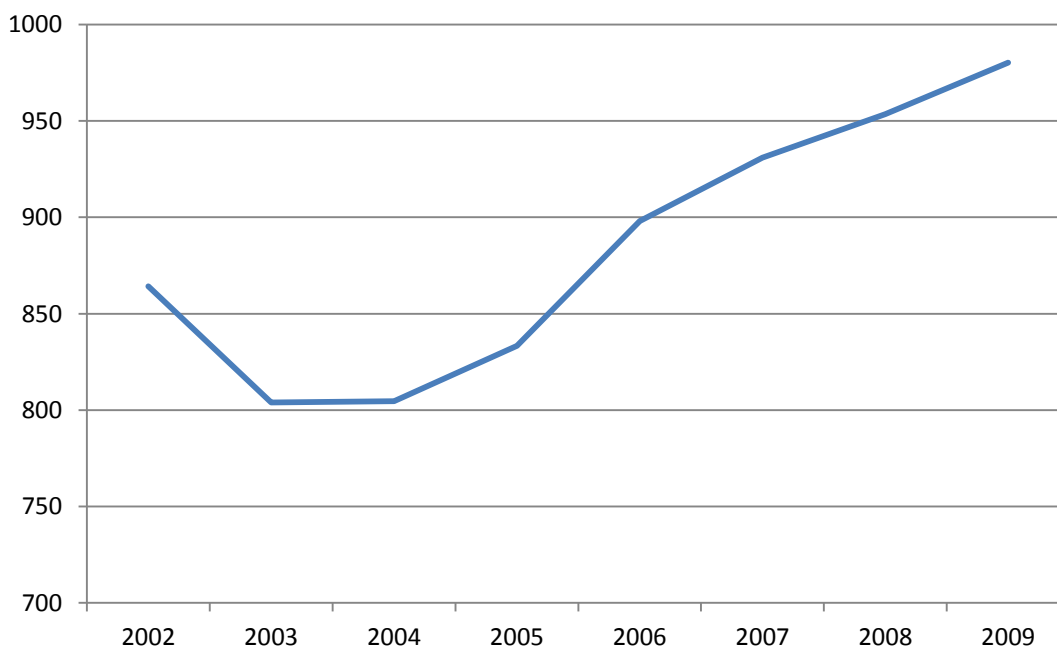
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	%Δ (2002 - 2009)
Dirigentes em geral	2990,28	2707,86	2715,60	2786,09	2935,65	2956,29	2897,98	3012,63	0,7%
Profissionais das ciências e das artes	2483,44	2269,73	2222,38	2262,95	2396,71	2358,88	2425,53	2475,34	-0,3%
Técnicos de nível médio	1301,40	1214,28	1252,80	1264,50	1352,20	1407,00	1461,15	1425,50	9,5%
Trabalhadores de serviços administrativos	883,25	813,39	825,49	841,73	884,45	890,34	898,94	934,07	5,8%
Trabalhadores dos serviços	473,49	438,75	443,59	455,70	498,61	534,96	532,29	550,55	16,3%
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	630,07	591,08	600,73	623,17	654,63	710,21	691,04	694,13	10,2%
Trabalhadores agrícolas	289,67	290,98	302,97	302,89	319,62	340,45	349,80	366,11	26,4%
Trabalhadores da reparação e manutenção	719,98	682,10	697,56	705,73	749,66	802,70	818,34	830,40	15,3%
Membros das forças armadas e auxiliares	1787,28	1576,75	1577,19	1664,87	1799,54	1866,04	2010,65	2154,29	20,5%
Ocupações mal definidas ou não declaradas	721,68	1129,56	1154,48	1061,81	643,37	1095,33	1614,65	-	-
Total	864,12	804,01	804,60	833,24	898,09	930,84	953,55	980,28	13,4%

Fonte: PNAD, IBGE. Elaboração própria.

2.3. Renda e ocupação

O rendimento médio mensal do trabalho principal dos trabalhadores remunerados com mais de 15 anos cresceu, em termos reais, 13,4% entre 2002 e 2009, revertendo a tendência de queda do período anterior (Tabela 2.5). Entre 1998 e 2003, a estagnação da economia e o aumento da inflação provocaram intensa queda do nível médio das rendas do trabalho. A partir de 2004, no entanto, os rendimentos médios do trabalho retomaram uma trajetória ascendente que se sustentou até o ano de 2009 (Gráfico 2.3). A partir de 2003, a redução das taxas de inflação, o crescimento do PIB e a redução do desemprego resultaram em reajustes acima da inflação para as categorias profissionais. Além disso, houve aumentos reais dos salários mínimos ao longo de todo o período.

Gráfico 2.3. Rendimento médio mensal dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, deflacionado pelo INPC, entre 2002 e 2009



Fonte: PNAD, IBGE. Elaboração própria.

Os grupos parecem perpetuar seus diferenciais de remuneração. Quer dizer, se fizermos um *ranking* das ocupações por ordem de rendimento, constatamos que esse *ranking* não sofreu nenhuma alteração de posições em nenhum ano ao longo do período analisado (Tabela 2.6).

Tabela 2.6. Ranking de rendimentos médios mensais do trabalho principal dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por grupo ocupacional, em 2002 e 2009, deflacionados pelo INPC

	2002	2009	%Δ
Dirigentes em geral	2.990	3.013	0,7%
Profissionais das ciências e das artes	2.483	2.475	-0,3%
Membros das forças armadas e auxiliares	1.787	2.154	20,5%
Técnicos de nível médio	1.301	1.426	9,5%
Trabalhadores de serviços administrativos	883	934	5,8%
Trabalhadores da indústria	720	830	15,3%
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	630	694	10,2%
Trabalhadores dos serviços	473	551	16,3%
Trabalhadores agrícolas	290	366	26,4%
Ocupações mal definidas ou não declaradas	722	-	-
Média total	864	980	13,4%

Fonte: PNAD, IBGE. Elaboração própria.

A partir desse ranking, podemos dividir as ocupações em duas categorias: aquelas em que a média dos rendimentos é maior do que o rendimento médio total, e aquelas em que a média dos rendimentos é menor do que o rendimento médio total dos trabalhadores (Figura 2.1).

Figura 1: Categorias de grupos ocupacionais segundo remuneração real média, entre 2002 e 2009, deflacionada pelo INPC

Categoria 1

- dirigentes em geral;
- profissionais das ciências e das artes;
- membros das forças armadas e auxiliares, e
- técnicos de nível médio

Categoria 2

- trabalhadores de serviços administrativos;
- trabalhadores da indústria;
- vendedores e prestadores de serviço do comércio;
- trabalhadores dos serviços, e
- trabalhadores agrícolas

Na primeira categoria estão aqueles trabalhadores de ocupações de maior prestígio, normalmente profissionais do tipo liberal, colarinho branco e prestadores de serviços, que são típicas de classe média. São elas: dirigentes em geral, profissionais das ciências e das artes, membros das forças armadas e auxiliares e técnicos de nível médio. Esse grupo é o menor, pois abrange cerca de 20% do total de trabalhadores (Tabela 2.7).

Tabela 2.7. Rendimento médio mensal, em reais, e proporção do número de trabalhadores sobre o total, para as duas categorias de trabalhadores, em 2002 e 2009.

	Categoria 1		Categoria 2	
	2002	2009	2002	2009
Rendimento real (em reais)	2.140	2.217	559	659
Proporção sobre o total (%)	19,3%	20,6%	80,7%	79,4%

Fonte: PNAD, IBGE. Elaboração própria.

Na segunda categoria estão aquelas ocupações que exigem menor qualificação dos trabalhadores. Estão nesse grupo: trabalhadores de serviços administrativos, trabalhadores da indústria, vendedores e prestadores de serviço do comércio,

trabalhadores dos serviços e trabalhadores agrícolas. Ou seja, quase 80% de todos os trabalhadores exerce funções com rendimento médio mensal abaixo da média total.

A evolução dos rendimentos também foi diferente entre essas duas categorias de ocupações. A primeira categoria, de profissões de maior prestígio, obteve crescimentos de renda, em geral, menores do que os da segunda categoria. No caso dos profissionais das ciências e das artes, o rendimento real médio mensal chegou até mesmo a cair.

Uma exceção é o grupo de membros das forças armadas e auxiliares que, apesar de fazer parte do primeiro grupo (ocupações mais bem remuneradas) teve acréscimos reais de rendimento bem acima da média, entre 2002 e 2009. Possivelmente, se trata de um reflexo da recente recuperação dos níveis de salários dos funcionários públicos, que havia sido sacrificado pelo esforço de contenção da despesa pública no período anterior.

Esses resultados, de maior aumento das remunerações entre as profissões de baixa remuneração, podem ser explicados em parte pela política de aumento real do salário mínimo. A expansão do poder de compra do salário mínimo legal começou desde a implantação do Plano Real em 1994. Contudo, a partir de 2005 a valorização em termos reais ganhou impulso, já que o Governo Federal assumiu o compromisso explícito de promover o crescimento do valor real do salário mínimo. Foi adotado um sistema de reajuste anual que incorpora a inflação passada e adiciona a variação média do PIB dos dois anos anteriores. Esses reajustes mantiveram o salário mínimo sempre acima da mediana dos salários.

No Brasil, grande parte dos trabalhadores recebem salários próximos ao patamar do salário mínimo. Principalmente nas ocupações de menor qualificação, como aquelas que classificamos na segunda categoria de ocupações. O salário mínimo funciona como uma referência, tanto para a remuneração dos trabalhadores contratados em regime formal, como daqueles que não tem registro em carteira ou são trabalhadores por conta própria.

Portanto, conforme demonstrado por Saboia (2010), as elevações reais do salário mínimo acabaram, direta ou indiretamente, beneficiando mais àqueles trabalhadores com remunerações no entorno do valor do salário mínimo, tanto acima quanto abaixo. Ou seja,

uma parcela importante de trabalhadores com baixo rendimento é beneficiada - mesmo aqueles trabalhadores de setores informais da economia.

Por isso, ao considerarmos as diferenças de rendimento entre trabalhadores de grupos ocupacionais distintos, podemos ver que a dispersão vem diminuindo, embora as diferenças permaneçam grandes.

No período da nossa análise, o grupo ocupacional mais bem remunerado, o dos dirigentes em geral, teve rendimentos médios entre 8 e 10 vezes maiores do que os do grupo pior remunerado, o dos trabalhadores agrícolas. Além disso, devemos nos lembrar de que o grupo dos dirigentes em geral representa menos de 5% da quantidade total de trabalhadores, enquanto que os trabalhadores agrícolas somaram, em 2009, mais de 16% do total de trabalhadores. Apesar de a diferença de renda ser grande, houve uma tendência de queda dessa diferença ao longo do período, sendo que no ano de 2009 ela atingiu sua menor marca no período. O grupo de trabalhadores agrícolas foi o que mais aumentou sua renda média entre 2002 e 2009. O aumento real foi superior a 26%. No mesmo período, o rendimento médio dos dirigentes em geral não chegou a crescer nem 1%.

O grupo de profissionais das ciências e das artes tem maior representatividade que o dos dirigentes. Esse foi também o único grupo que apresentou queda do rendimento médio mensal entre 2002 e 2009. Depois de uma queda dos rendimentos reais entre 2002 e 2004, esse grupo retomou o crescimento da renda média, mas não com força suficiente para atingir o mesmo patamar de 2002. Se compararmos o seu rendimento médio com o do pior grupo em termos de renda média - o grupo dos trabalhadores agrícolas - podemos constatar a mesma tendência de queda da diferença relativa de salários. Os rendimentos médios do primeiro grupo foram de 6 a 9 vezes maior do que os rendimentos médios do segundo grupo, entre 2002 e 2009.

Os trabalhadores dos serviços representam mais de um quinto do total de trabalhadores. No entanto, essa enorme quantidade de trabalhadores tem a segunda pior média de salário médio entre os grupos analisados. Essa média costuma ser muito próxima do valor do salário mínimo. Em 2009, o salário mínimo foi reajustado para R\$ 465. Nesse mesmo ano, o rendimento médio do trabalhador dos serviços foi de R\$ 550.

Isso significa que um trabalhador dos serviços ganhou em média cinco vezes menos do que um profissional das ciências e das artes entre os anos de 2002 e 2009. Beneficiado pelos ajustes reais positivos do salário mínimo, o primeiro grupo elevou seu rendimento médio em ritmo mais acelerado do que a média total dos trabalhadores. Se considerarmos a partir de 2003, o aumento real da média de rendimento dos trabalhadores dos serviços cresceu mais de 25%.

O maior dos grupos ocupacionais é o dos trabalhadores da indústria. Em 2009 eles somavam mais de 21 milhões de trabalhadores, ou seja, quase um quarto do total de trabalhadores. Depois de uma queda em 2003, o rendimento médio mensal do grupo seguiu uma trajetória de crescimento que se seguiu até 2009. Entre 2003 e 2009, o crescimento do rendimento real foi de mais de 20%.

2.4. Escolaridade, ocupação e renda

A escolaridade é um dos fatores mais importantes na determinação da ocupação de um indivíduo. Algumas profissões só podem ser exercidas por trabalhadores altamente qualificados. A maioria das ocupações que se enquadram dentro do grupo de trabalhadores classificado pela PNAD como profissionais das ciências e das artes, por exemplo, exige que o profissional tenha concluído o ensino superior. De fato, mais da metade dos trabalhadores com 15 anos ou mais de estudo estão classificados nesse grupo. Desse modo, podemos concluir que existe uma forte relação entre os grupos ocupacionais e a escolaridade de seus respectivos trabalhadores.

Quando avaliamos a distribuição da escolaridade, de todos os grupos ocupacionais, o mais diversificado é o grupo dos dirigentes em geral. Os demais grupos tem seus trabalhadores concentrados em determinadas faixas de escolaridade. Em 2009, por exemplo, mais de 80% dos trabalhadores agrícolas tinham menos de 8 anos de estudo, ao passo que 95% dos profissionais das ciências e das artes tinham pelo menos o ensino médio completo (Tabelas 2.8 e 2.9).

Na seção anterior dividimos os trabalhadores em duas categorias de ocupações. Na primeira categoria estavam aqueles trabalhadores de ocupações de maior prestígio,

normalmente profissionais do tipo liberal, colarinho branco e prestadores de serviços, que são típicas de classe média: dirigentes em geral, profissionais das ciências e das artes, membros das forças armadas e auxiliares e técnicos de nível médio. Nesses mesmos quatro grupos ocupacionais, junto com o de trabalhadores de serviços administrativos, a maioria dos trabalhadores possuíam pelo menos 11 anos de estudo em 2009. Em contraste, nos demais grupos ocupacionais, de menor prestígio - trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção, vendedores e prestadores de serviço do comércio, trabalhadores dos serviços e trabalhadores agrícolas – a maioria dos trabalhadores tem menos de 11 anos de estudo. Esses resultados não são surpreendentes, uma vez que se espera que as ocupações que exigem maior qualificação ofereçam remunerações mais elevadas.

Tabela 2.8. Distribuição dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por grupo ocupacional e faixa de escolaridade, em 2002

	Menos de 8 anos de estudo	De 8 a 10 anos de estudo	De 11 a 14 anos de estudo	15 ou mais anos de estudo	Total
Dirigentes em geral	18,5%	12,9%	42,0%	26,6%	100,0%
Profissionais das ciências e das artes	5,5%	4,6%	26,3%	63,5%	100,0%
Técnicos de nível médio	12,7%	13,7%	61,1%	12,6%	100,0%
Trabalhadores de serviços administrativos	11,6%	19,5%	60,3%	8,6%	100,0%
Trabalhadores dos serviços	64,1%	20,5%	14,7%	0,7%	100,0%
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	43,6%	22,8%	31,2%	2,4%	100,0%
Trabalhadores agrícolas	89,2%	6,9%	3,4%	0,5%	100,0%
Trabalhadores da indústria	62,7%	20,6%	16,1%	0,6%	100,0%
Membros das forças armadas e auxiliares	4,5%	21,8%	65,1%	8,6%	100,0%
Ocupações mal definidas ou não declaradas	8,3%	17,9%	58,8%	15,0%	100,0%
Total	52,4%	16,1%	24,0%	7,5%	100,0%

Fonte: PNAD, IBGE. Elaboração própria.

Tabela 2.9. Distribuição dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por grupo ocupacional e faixa de escolaridade, em 2009

	Menos de 8 anos de estudo	De 8 a 10 anos de estudo	De 11 a 14 anos de estudo	15 ou mais anos de estudo	Total
Dirigentes em geral	13,4%	10,6%	45,7%	30,3%	100,0%
Profissionais das ciências e das artes	2,5%	2,5%	23,6%	71,5%	100,0%
Técnicos de nível médio	6,5%	10,0%	67,6%	15,9%	100,0%
Trabalhadores de serviços administrativos	7,2%	14,2%	65,4%	13,2%	100,0%
Trabalhadores dos serviços	49,5%	22,5%	26,3%	1,7%	100,0%
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	30,6%	21,5%	44,5%	3,4%	100,0%
Trabalhadores agrícolas	80,2%	11,1%	7,8%	0,9%	100,0%
Trabalhadores da reparação e manutenção	48,3%	22,5%	27,6%	1,5%	100,0%
Membros das forças armadas e auxiliares	2,9%	11,2%	69,0%	17,0%	100,0%
Total	39,8%	16,6%	33,0%	10,6%	100,0%

Fonte: PNAD, IBGE. Elaboração própria.

Tabela 2.10. Variação do rendimento real dos trabalhadores com rendimento positivo e com 15 anos ou mais, por grupo ocupacional e faixa de escolaridade, entre 2002 e 2009, deflacionado pelo INPC

	Menos de 8 anos de estudo	De 8 a 10 anos de estudo	De 11 a 14 anos de estudo	15 ou mais anos de estudo
Dirigentes em geral	11,1%	9,5%	-5,9%	-6,4%
Profissionais das ciências e das artes	4,0%	-12,0%	-2,1%	-8,2%
Técnicos de nível médio	2,7%	4,7%	3,3%	2,7%
Trabalhadores de serviços administrativos	13,1%	9,2%	-0,3%	-14,8%
Trabalhadores dos serviços	16,7%	7,8%	-3,5%	-35,1%
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	7,5%	9,7%	-0,4%	-17,7%
Trabalhadores agrícolas	24,9%	2,9%	-11,8%	-34,5%
Trabalhadores da reparação e manutenção	13,5%	7,5%	2,2%	-14,0%
Membros das forças armadas e auxiliares	43,1%	4,5%	14,4%	-9,3%
Total	14,5%	3,0%	-6,4%	-11,9%

Fonte: PNAD, IBGE. Elaboração própria.

Entre 2002 e 2009, todos os grupos ocupacionais apresentaram evolução na distribuição educacional de seus trabalhadores. Em todos os grupos, tanto a parcela de trabalhadores com menos de 8 anos de estudo se reduziu, como a parcela de trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo se elevou. O resultado foi que, em termos de escolaridade, as ocupações que apresentavam maior média de anos de estudo em 2002 ficaram ainda mais concentradas com trabalhadores com maior escolaridade. Em 2009, por exemplo, 95% dos profissionais das ciências e das artes tinham 11 ou mais anos de estudo. Ao mesmo tempo, aqueles grupos ocupacionais com menor média anos de estudo se tornaram menos concentrados em trabalhadores com baixa escolaridade. Os vendedores e prestadores de serviços de comércio com 11 ou mais anos de estudo, por exemplo, aumentaram a participação dentro de seu grupo de 34% para 48%, entre 2002 e 2009.

De modo geral, uma maior escolaridade permite maiores oportunidades de remuneração para o trabalhador, independentemente do grupo ocupacional ao qual ele pertença. Além disso, os ganhos marginais são crescentes em relação ao grau de escolaridade. Ou seja, a cada etapa de ensino concluída, mais cresce o diferencial de remuneração entre os trabalhadores. De forma mais detalhada: em 2009, aqueles trabalhadores que concluíram o ensino fundamental ganham, em média, um terço a mais do que aqueles que não o concluíram. Já os trabalhadores que concluíram a próxima etapa de educação, o ensino médio, ganham, em média, 50% mais do que aqueles trabalhadores que possuem o ensino fundamental completo. E os trabalhadores que possuem educação superior ganham, em média, 170% a mais do que aqueles que completaram o ensino médio. E essa tendência pode ser vista, em maior ou menor grau, em todos os grupos ocupacionais.

Também podemos ver que todos os grupos foram beneficiados pelos avanços do acesso à educação durante os anos de 2002 a 2009. Todos os grupo reduziram sua parcela de trabalhadores com menos de 8 anos de estudo. Os trabalhadores de ocupações que exigem menos qualificação aumentaram sua escolaridade em direção a concluir o ensino médio, obtendo assim a chamada educação básica. Já aqueles profissionais com ensino superior completo se concentraram ainda mais em ocupações de maior prestígio, resultado que já era esperado.

Além disso, houve uma tendência de redução espúria das desigualdades. Isso porque, de modo geral, os trabalhadores com ensino superior completo tiveram seus rendimentos reais reduzidos em 12% entre 2002 e 2009. No caso dos trabalhadores dos serviços a queda foi de cerca de 35%. Por outro lado, em todos os grupos ocupacionais, os trabalhadores com menos de 8 anos de estudos elevaram seus rendimentos. Considerando todos os grupos somados, houve um crescimento de mais de 14% da remuneração desses trabalhadores (Tabela 2.10).

3. Conclusão

Portanto, quando comparamos os grupos ocupacionais entre si, podemos apontar quais grupos foram mais beneficiados pelos avanços na média de escolaridade durante os anos de 2002 a 2009.

Os trabalhadores dos serviços, os trabalhadores da indústria e os vendedores e prestadores de serviços de comércio foram os três grupos que obtiveram os melhores resultados de avanço na escolaridade. Esses foram os grupos que mais reduziram sua parcela de trabalhadores com menos de 8 anos de estudo, ou seja, daqueles trabalhadores que não chegaram nem a concluir o ensino fundamental. Ao mesmo tempo, esses três grupos foram os que mais aumentaram sua parcela de trabalhadores com ensino médio completo, isto é, com pelo menos 11 anos de estudo.

Na verdade, parece haver uma tendência de redução dos trabalhadores que não concluíram o ensino fundamental na mesma proporção em que aumenta o número de trabalhadores que concluem o ensino médio. Esse efeito é decorrente do fato de que entre 2002 e 2009 foi feito maior esforço para que os estudantes fossem capazes de concluir o ensino básico – cuja última etapa é justamente o ensino médio.

No entanto, os trabalhadores com ensino superior completo, isto é, com 15 anos ou mais de estudo, ficaram ainda mais concentrados nas ocupações de maior prestígio.

Assim, pudemos ver de forma ainda mais clara a relação de determinação da escolaridade sobre a ocupação dos trabalhadores. Diferentes ocupações possuem diferentes perfis de escolaridade e, conseqüentemente, de remuneração. Em todos esses grupos, a escolaridade é um claro determinante da remuneração dos trabalhadores.

Entre 2002 e 2009, o salário evoluiu de maneiras diferentes para trabalhadores em diferentes faixas de escolaridade. A seção anterior já mostrou que a evolução da remuneração das ocupações de menor renda média ocorreu em um ritmo mais acelerado do que nas ocupações mais bem remuneradas, o que contribuiu para a redução das desigualdades entre os grupos ocupacionais.

Portanto, embora o aumento do acesso à educação tenha importantes implicações para a redução das desigualdades, esse fator isoladamente não consegue explicar muito sobre as quedas recentes da desigualdade de rendimento dos trabalhadores. Nossa análise mostrou, através de diferentes cortes, que os trabalhadores que mais elevaram sua renda entre o período que vai de 2002 a 2009, foram aqueles que tinham rendimentos próximos do patamar do salário mínimo, ou seja, aqueles em ocupações de pouco prestígio e com baixa escolaridade.

A redução das desigualdades também não foi resultado de modificações na estrutura das ocupações. Quer dizer, a desigualdade não diminuiu porque aquelas ocupações mais bem remuneradas cresceram mais do que as ocupações de baixa renda, elevando a média das remunerações. Na verdade, as ocupações com rendas mais baixas foram as que tiveram elevações de rendimento mais acentuadas no período.

Apesar dos significativos avanços na educação, foram justamente os trabalhadores com menor escolaridade os que mais elevaram seus rendimentos. Como esses trabalhadores são maioria, o resultado foi redução da desigualdade geral. Além disso, o rápido aumento da oferta de mão-de-obra qualificada acabou contribuindo para reduções não desprezíveis nos rendimentos reais dos trabalhadores com mais anos de estudo. Isso ocorreu porque a concorrência se intensificou. Além disso, não foram criados suficientes postos de trabalho condizentes com as qualificações desses trabalhadores, já que, como vimos, não houve mudanças na estrutura ocupacional tão profundas quanto na escolaridade dos trabalhadores. Assim, o aumento da escolaridade reduziu os rendimentos dos trabalhadores mais bem qualificados, o que explica, pelo menos em parte, a redução da desigualdade. Mas os avanços na educação não são suficientes para explicar a evolução da renda dos trabalhadores de menor rendimento.

Não devemos desconsiderar a importância da educação, inclusive para a redução das desigualdades. Conforme os dados que analisamos, maiores níveis de educação estão diretamente associados a melhores remunerações, independentemente do grupo ocupacional do trabalhador. Desse modo, espera-se que quanto mais eficazes e abrangentes forem os instrumentos de acesso à educação, mais rapidamente a desigualdade se reduzirá.

No entanto, outros fatores parecem ter sido até mais importantes para as mudanças de rendimento dos trabalhadores, no sentido de redução das desigualdades, entre os anos de 2002 e 2009.

Nesse período houve um processo de formalização, não só dos postos de trabalho como também das próprias empresas; as instituições públicas de proteção ao trabalho incrementaram seus sistemas de fiscalização, o que explica o avanço do trabalho formal e do combate à escravidão e ao trabalho infantil; a política de valorização real do salário mínimo garantiu o aumento dos rendimentos de uma parcela significativa dos trabalhadores menos favorecidos e, ocorreu no período um fortalecimento do papel dos sindicatos e das negociações coletivas. Essas condições só puderam se concretizar porque, nesse período, a economia não só se manteve estável como também retomou uma trajetória de crescimento.

A redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho é apenas um aspecto da desigualdade social. No caso brasileiro, desigualdade do estoque de riqueza dos indivíduos talvez seja um problema até maior do que a desigualdade de rendimento. No entanto, um tema de tamanha complexidade, como a desigualdade de riqueza, não deve entrar neste trabalho. O que nós podemos afirmar é que, em anos recentes, a desigualdade de rendimentos do trabalho se reduziu de forma acelerada. Tanto as diferenças de renda entre trabalhadores de diferentes ocupações como as diferenças de renda entre trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade se reduziram sistematicamente entre 2002 e 2009. Existe um consenso de que as melhorias no acesso à educação contribuíram para esse processo. Mas, se quisermos perpetuar esse cenário de avanço na redução das desigualdades de renda teremos de garantir, antes de mais nada, a continuidade do crescimento econômico. Somente a partir daí é que será possível prosseguir com a redução da desigualdade no Brasil através do aumento dos investimentos em educação, da política de aumento real do salário mínimo e do fortalecimento das instituições públicas de proteção e fiscalização do trabalho.

4. Referências Bibliográficas

BALTAR, P. E. A. Os salários na retomada da economia e do mercado de trabalho no Brasil: 2004-2007. In: BALTAR, P. E. A.; KREIN, J. D.; SALAS, Carlos. (org.). *Economia e Trabalho: Brasil e México*. São Paulo: LTr, 2009.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.;. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (org.) *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007a.

BARROS, R.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. In: BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (org.) *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007b.

BONELLI, R.; RAMOS, L. Distribuição de Renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. *Revista de Economia Política*, v.13, n.2, 50, p.76-97, abr./jun. 1993.

BORGES, A. Educação e mercado de trabalho: elementos para discutir o desemprego e a precarização dos trabalhadores escolarizados. *Revista Gestão em Ação*, Salvador, v.9, n.1, p.85-102, jan./abr. 2006.

FERREIRA, F. *Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional?* Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC-Rio, Texto para Discussão no. 415, 2000.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. *American Economic*, v. 62, n. 2, p. 391-402, May 1972.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961

_____. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968.

HOFFMANN, R. *Distribuição de renda: medida de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. *Distribuição de Renda e Crescimento econômico*. São Paulo: *Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, vol. 15, nº 41, Abr.2001.

_____. *Estatística para economistas*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2006.

_____. *Distribuição da renda agrícola e sua contribuição para a desigualdade de renda no Brasil*. *Revista de Política Agrícola*, v. 20, n. 2, jun. 2011.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, v. 12, n. 2, p. 46-66, jun. 1972.

KNIGHT, J.; SABOT, R. Education expansion and the Kusnetz effect. *American Economic Review*, n. 73, 1983.

LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. 3ª. ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

MAIA, A.G. *Estrutura de classes e desigualdade no Brasil*. São Paulo: LTr, 2009.

MAIA, A.; QUADROS, W. J. Dinâmica das ocupações no Brasil em duas décadas de baixo crescimento econômico. *Revista ABET*, v. IX, n.2, p.143-161, 2010.

MENEZES-FILHO, N. A. Educação e Desigualdade. In: Menezes-Filho, N. e Lisboa, M.. (Org.). *Microeconomia e Sociedade no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001, v. 1, p. 13-50.

MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Educação e queda recente da desigualdade no Brasil. In: BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (org.) *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007.

OCDE. Education at a Glance 2011: OECD Indicators. Disponível em:
<http://www.oecd.org/document/2/0,3746,en_2649_37455_48634114_1_1_1_37455,00.html>

OLIVEIRA, C.A.B.; HENRIQUE, W. Determinantes da Pobreza no Brasil. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v.4, n.2, abr./jun. 1990.

QUADROS, W.J. *Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa*. Tese (livre-Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RAMOS, L. *A Distribuição de rendimentos no Brasil: 1976/85*. Rio de Janeiro: Ipea, 1993.

_____. A desigualdade de rendimentos do trabalho no período pós-real: o papel da escolaridade e do desemprego. *Revista Economia Aplicada*, v. 11, n. 2, p. 281-301, abr-jun. 2007.

RAMOS, L. Desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil, de 1995 a 2005. In: BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (org.) *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007.

SABOIA, J. Elasticidades dos rendimentos do trabalho em relação ao salário mínimo: a experiência de um período recente de crescimento do salário mínimo. *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 2 (39), p. 359-380, ago. 2010.

SALM, C. *Novos requisitos educacionais do mercado de trabalho*. In: *Economia e Trabalho: textos básicos*. São Paulo: IE-Unicamp, 1998

